

Célio Azevedo



Projeto pode ser analisado na próxima semana pela Comissão de Assuntos Econômicos

Veículos de carga pesada podem ter isenção do IPI

O projeto de lei que isenta do pagamento do IPI os veículos para transporte de carga máxima superior a cinco toneladas está na pauta da próxima semana da Comissão de Assuntos Econômicos. Para receber o benefício, o proprietário não

poderia mudar a destinação do veículo por cinco anos. O projeto, de autoria de Lúcia Vânia, já recebeu parecer favorável de Arthur Virgílio. Segundo ele, a isenção é importante por incentivar a renovação da frota que circula nas estradas. **Página 3**

Rosewell Pinheiro



Sugerida por Saturnino (foto), a audiência terá a participação do diretor Roberto Farias

Senadores debatem incentivo para o cinema nacional

Senadores analisarão na quarta-feira o projeto que cria um fundo para estimular o crescimento sustentado da indústria cinematográfica nacional. A proposta prevê o financiamento de programas e projetos audiovisuais. **Página 3**

Parlamentares teriam ajudado prefeitos a fraudarem licitações

A participação de parlamentares no uso ilegal de recursos do Orçamento da União para compra de ambulâncias não se limitava à elaboração de emendas, disse o presidente da CPI dos Sanguessugas, deputa-

do Antonio Carlos Biscaia. Congressistas teriam também participado, juntamente com prefeitos, da elaboração de licitações fraudulentas para aquisição de veículos no esquema comandado pela Planam. **Página**

CCJ VOTA FIM DA REELEIÇÃO

Na próxima quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça pode examinar substitutivo de Tasso Jereissati, apresentado a propostas de emenda constitucional, que acaba com a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos que se elegerem a partir de 2010. Sibá Machado é autor de uma das PECs. **Página 3**



Jane Araújo

A Comissão de Justiça terá de decidir também sobre mandato presidencial de cinco anos e coincidência dos mandatos federal, estaduais e municipais, temas rejeitados pelo senador Tasso Jereissati, relator da proposta

A sessão de ontem foi destinada a discursos de parlamentares. Na próxima semana, a primeira de agosto, senadores realizam esforço concentrado para votar, entre outros itens, o orçamento impositivo

Gerardo Magela



Sérgio Zambiasi (D), ao lado de Raimundo Carreiro, secretário-geral da Mesa, e do senador Geraldo Mesquita Júnior, presidiu a sessão de ontem

Conforme o senador, a decisão de ex-presidente, somada ao suporte do governador Aécio Neves, é um gesto histórico que repercutirá em todos os municípios mineiros

Heráclito destaca apoio de Itamar à candidatura de Geraldo Alckmin

Ao registrar o apoio do ex-presidente Itamar Franco ao candidato Geraldo Alckmin na disputa pela Presidência da República, anunciado oficialmente na manhã de ontem, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que essa decisão, somada ao já garantido apoio do governador Aécio Neves, é um gesto histórico que repercutirá em todos os municípios de Minas Gerais.

– Não sei tudo o que pesou para que Itamar tomasse a decisão de apoiar Alckmin, mas é claro que ele não caberia em um palanque de mensaleiros e de sanguessugas, dividindo espaço com pessoas envolvidas recentemente em escândalos que envergonharam o país – afirmou Heráclito.



"Itamar não caberia em palanque de mensaleiros e sanguessugas", afirma Heráclito

O senador pelo Piauí também comentou entrevista concedida pelo presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, à jornalista

Miriam Leitão, da TV Globo. Heráclito afirmou que o dirigente confundiu números, metas e objetivos e que ficou sem ação quando perguntado se ratificava declarações concedidas anteriormente à imprensa de que o mensalão não tinha existido.

Heráclito falou ainda sobre a notícia de que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, assinara contrato de cerca de US\$ 1 bilhão com a Rússia para a aquisição de equipamentos militares, incluindo aviões. O senador lamentou que, enquanto a pobreza atinge diversos cidadãos venezuelanos, o presidente daquele país invista em aeronaves de guerra.

Para João Batista Motta, Alckmin será "o Juscelino deste século"

Em discurso realizado ontem no Plenário, João Batista Motta (PSDB-ES) afirmou que o candidato à Presidência da República pelo PSDB, Geraldo Alckmin, será "o Juscelino deste século". O senador informou que o candidato do PSDB chega a Vitória amanhã, para fazer campanha na cidade.

Motta disse não acreditar que o candidato ao governo de São Paulo, José Serra, ou o candidato à reeleição em Minas Gerais, Aécio Neves, trairiam o candidato Alckmin. O parlamentar considera que não há na história de Serra ou de seu grupo de políticos alguém que tenha praticado esse gesto contra companheiros de partido.

– Quem diz que Serra trairá, esquece que Serra esteve exilado, sempre foi de esquerda – afirmou, acrescentando que o candidato ao governo paulista é "um homem sério, de palavra" e, por isso, o povo de São Paulo o elegerá governador.

O senador também acredita que Aécio Neves jamais trairia o candidato de seu partido e elencou uma série de nomes de mineiros com história de vida ilustre, como Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, para comprovar o valor dos nascidos naquele estado.

Na opinião de João Batista



Moreira Mariz

Motta diz acreditar que Serra e Aécio manterão apoio ao candidato do PSDB

Motta, Alckmin "vai suplantar em muito o que fez Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de um homem de religião, de família, sério, experiente e incorruptível".

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que também não acredita na possibilidade de traição a Alckmin por companheiros de partido.

Heráclito criticou o governo Luiz Inácio Lula da Silva, no que foi acompanhado por João Batista Motta, que censurou especialmente a valorização do real perante o dólar. Essa valorização, em sua opinião, prejudica as exportações, tornando os produtos brasileiros muito caros para compradores de outros países.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão às 9h

O Plenário do Senado realiza hoje sessão não-deliberativa, às 9h. Sem votação de matérias, os trabalhos são dedicados a pronunciamentos de parlamentares e comunicados de lideranças. Na segunda-feira, às 14h, a sessão também será não-deliberativa. Na terça-feira, no mesmo horário, o Plenário retoma a agenda de votações.

© Senado ao alcance do Brasil



Com o 0800 612211 o Senado Federal vai estar em todo o Brasil e todo o Brasil vai poder falar com o Senado.



JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Sérgio Zambiasi e Geraldo Mesquita Júnior



Relator na CCJ, Jefferson Péres apresentou emendas para aperfeiçoar o projeto

Plenário vota criação da figura do curador provisório

O Código Civil pode incorporar alteração para permitir a criação da figura do curador provisório destinado a representar, nos atos da vida civil, pessoas que sejam interditadas em decorrência de doenças mentais. Proposta com esse objetivo deve ser examinada em Plenário nos períodos de esforço concentrado previstos para as primeiras semanas de agosto e setembro.

O PLC 71/05 visa proteger de imediato a pessoa que sofra de distúrbio mental, mediante ato que assegure rapidamente a outorga da tutela ao curador, ainda que provisória. Depois de consulta ao Ministério Público, o juiz nomeará desde logo o curador temporário que possa representar o doente, apenas com a restrição de que este não possa alienar ou onerar bens imóveis que pertençam ao interditado.

A autora da proposta, deputada Ann Pontes (PMDB-PA), observa que há demora na definição da curadoria pela Justiça e que a legislação é omissa com respeito à nomeação de representante provisório, enquanto os doentes precisam de assistência imediata.

Com as alterações no artigo 1.180 do Código Civil, o representante provisório também fica obrigado a prestar contas do exercício da curadoria em prazo designado pelo juiz. A petição sobre a curadoria provisória deve ser apresentada à Justiça com atestado médico da incapacidade mental do interditado, juntamente com atestado de assistente social ou de outra pessoa idônea sobre a aptidão e idoneidade do indicado para tutor, a fim de cuidar dos interesses do doente.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foram aprovadas duas emendas apresentadas pelo relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM). Uma delas para evitar confusão entre o prazo de exercício da curadoria e da prestação de conta a que estará obrigado o representante temporário.

Para o senador, experiência tem demonstrado que os concorrentes à reeleição sempre levam vantagem na disputa. Matéria deve ser analisada na quarta-feira pela CCJ

Substitutivo de Jereissati acaba com a reeleição a partir de 2010

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), em substitutivo que modifica a Proposta de Emenda Constitucional 41/03, propõe acabar com a reeleição presidencial, de governadores e de prefeitos a partir das eleições de 2010. O substitutivo de Jereissati, que é relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), deve constar na pauta da próxima reunião da CCJ, prevista para quarta-feira, às 10h.

Outras alterações relacionadas ao tema da reeleição, como a duração do mandato presidencial de cinco anos, a coincidência dos mandatos federal, estaduais e municipais por meio da prorrogação dos mandatos em curso e o fim do instituto apenas para prefeitos – propostas pelas PECs de números 10, 58, 70 e 97 de 1999 e 20 de 2004, que tramitavam em conjunto – foram rejeitadas pelo senador.

Jereissati também acrescenta à PEC um dispositivo que deve



Jereissati: única medida que asseguraria a igualdade seria vedar a reeleição

figurar no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, afirmando que a norma somente será válida para as eleições de 2010, mantendo a regra para aqueles que forem eleitos no pleito deste ano nos três níveis da Federação.

Para o senador, a experiência tem demonstrado que, mesmo com a legislação que garante isonomia entre os candidatos e com a fiscalização e controle feitos pela Justiça Eleitoral, os concorrentes à reeleição sempre levam vantagem na disputa, em



Proposta original, de Sibá, fixava o mandato do presidente em cinco anos

função especialmente de sua exposição diária na mídia e da vinculação de seu nome às obras e ações de sua administração.

– A única medida que asseguraria a igualdade entre os concorrentes seria vedar a reeleição – justificou.

Se aprovada, a proposição vai alterar o parágrafo 5º do artigo 14 da Constituição federal. A PEC 41 é de autoria do senador Sibá Machado (PT-AC), que, originalmente, propôs também que o mandato do presidente da República fosse de cinco anos.



Saturnino é o autor do requerimento para reunião com representantes do setor

Subcomissão debate maior incentivo ao cinema nacional

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social volta a se reunir na quarta-feira, às 10h, para debater o projeto de lei do Poder Executivo que altera destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), visando o crescimento sustentado da indústria cinematográfica brasileira.

O projeto do Executivo – ainda tramitando na Câmara dos Deputados, de nº 7.193/06 – cria o Fundo Setorial do Audiovisual, que terá por meta principal financiar programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais.

Os recursos do novo fundo virão do Condecine, que somente no ano passado arrecadou cerca de R\$ 36 milhões, conforme cálculos do próprio governo. O projeto também prevê incentivos à produção independente, além da renovação de benefícios fiscais para empresas que bancarem a produção de longas-metragens.

A audiência pública, requerida pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), contará com a presença do diretor e produtor de cinema Roberto Farias, responsável pela produção dos filmes *O Assalto ao Trem Pagador* e *Pra Frente Brasil*. Também foram convidados o presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Gustavo Dahl; o diretor-executivo da Globo Filmes, Carlos Eduardo Rodrigues; o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Independentes (Abradi), Bruno Wainer; e o coordenador-geral do Fórum Audiovisual do Cinema (FAC), André Luiz Pompéia Sturm.

Ainda na quarta-feira, às 19h30, como complemento da audiência pública, será realizada a pré-estreia do filme *Zuzu Angel*, que contará com a presença do diretor do filme, Sérgio Rezende, e parte do elenco. A exibição será no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal.

Veículos de carga pesada poderão ter isenção do IPI

Está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os veículos automotores de peso com carga máxima superior a cinco toneladas. A proposta (278/04) é terminativa na comissão – significando que, se for aprovada na CAE, poderá seguir direto para a Câmara – e já tem parecer favorável do relator, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A autora da matéria, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), argumenta que não deve ser motivo de preocupação a renúncia fiscal ocasionada pela isenção do IPI, uma vez que esta será recompensada pelo aumento da arrecadação de outros tributos federais, como o Imposto de Renda, a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Todos esses tributos, observa Lúcia Vânia, deverão ter incremento com a aprovação do projeto em razão do aumento nas



Lúcia Vânia aponta outros tributos que irão recompensar renúncia fiscal

vendas de veículos pesados de transporte de cargas.

A proposta concede isenção do IPI na aquisição de veículos de carga pesada, mas condiciona essa benesse à preservação, durante cinco anos, da destinação exclusiva dos veículos ao transporte de mercadorias e de cargas. Para o relator da matéria, o projeto é importante, pois incentiva a renovação dessa frota de veículos e evita o envelhecimento dos grandes caminhões que carregam mercadorias nas estradas.

– Além de representar um incentivo à melhoria das condições



Projeto incentiva a renovação da frota de veículos, salienta Arthur Virgílio

de segurança de nossas estradas, o benefício significará, também, um aumento das vendas do segmento de veículos pesados, com todos os reflexos econômicos positivos dele advindos – afirmou Arthur Virgílio, ao frisar que a proposta poderá aliviar o segmento de transporte de mercadorias, que é vital para o país, “da sufocante carga tributária” que incide sobre ele.

O relator apresentou uma emenda prolongando a limitação da isenção do IPI de 31 de dezembro de 2006, conforme proposto por Lúcia Vânia, para o final de 2008.

Para o presidente da CPI dos Sanguessugas, alguns atuais e ex-congressistas atuavam diretamente junto a prefeitos

Biscaia: “Participação de parlamentares no esquema de fraudes vai além das emendas”

A participação de atuais e ex-congressistas no esquema para a compra de ambulâncias com preços superfaturados utilizando recursos do Orçamento da União destinados à área da saúde não se limitava à elaboração de emendas beneficiando a empresa Planam, apontada como organizadora do plano de fraudes. A afirmação é do presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), que disse ontem que alguns parlamentares atuavam também diretamente nos municípios, junto com os prefeitos, na elaboração de licitações fraudulentas.

– O parlamentar tinha duplo proveito na situação: ele recebia vantagem em dinheiro e também de natureza política, porque eram municípios em que ele passava a ter uma relação direta com o prefeito e tirava dividendos políticos da situação. Esse é um



Para Biscaia, esquema já está comprovado, faltando estabelecer limite das operações

esquema de ramificações com tamanha gravidade que nos deixa, além de indignados, estupefatos – assinalou.

Para o deputado pelo Rio de Janeiro, o esquema já está comprovado, faltando apenas delimitar os limites das operações. Ele disse, no entanto, que

já é possível afirmar que a máfia dos sanguessugas não atuava somente no Ministério da Saúde, como se pensava no início das investigações.

– Esse esquema alcançava a pasta de Ciência e Tecnologia, pelo menos, e essas ramificações podem atingir outras áreas do

governo. As emendas individuais e as de bancada propiciam isso. Somente no meu estado, das oito emendas de bancada, seis beneficiavam a Planam – observou o parlamentar.

Ônibus escolar

Questionado sobre a participação do Ministério da Educação no crime, Biscaia esclareceu que ainda não é possível afirmar que houve envolvimento do órgão no esquema, pois nos depoimentos da família Vedoin, proprietária da Planam, somente consta que a empresa pretendia iniciar projeto de fabricação de ônibus escolares na Bahia. Porém, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas deixou claro que o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, garantiu a ele que o Ministério Público está realizando investigações e iniciando inquéritos em várias unidades da Federação.



Mesquita Júnior propõe instituição voltada para construção de embarcações

Mesquita Júnior quer escola técnica federal no Acre

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) anunciou ontem a apresentação de projeto para a criação de escola técnica no Acre voltada para a construção de pequenas, médias e grandes embarcações. Ele argumentou que o estado é o único que não conta com uma escola técnica federal.

O senador avalia que uma escola técnica destinada à construção de embarcações poderia impulsionar a cadeia produtiva de barcos na região, gerando alternativa de renda à produção familiar. Mesquita Júnior ressaltou que a distribuição populacional do Acre foi e é determinada pelo desenho da malha hidroviária e pela capacidade de navegação dos rios do estado. Ele acrescentou que a escola poderia contar com um centro de meio ambiente para a implantação de planos de manejo florestal específico para a produção da matéria-prima a ser utilizada nas atividades escolares.

O parlamentar lembrou a apresentação de projeto de lei (PLS 156/05) de sua autoria que sugere a criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio Branco, destinada às necessidades regionais de desenvolvimento da agricultura, pecuária, agroindústria e manejo florestal da região. O projeto foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE) e encontra-se na Câmara dos Deputados.

Mesquita Júnior também defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 25/06, que propõe o aproveitamento de jovens, entre 16 e 24 anos de idade, que residam nas zonas rurais do país, para atuarem nos órgãos de assistência técnica e extensão rural dos estados.

– Detendo o conhecimento básico das atividades nas quais suas famílias estão envolvidas, os jovens poderiam prestar relevantes serviços ao país, adquirindo uma perspectiva de trabalho, de renda e de cidadania – afirmou.

Depoimento de Vedoin aguarda definição sobre data e local

Segundo informações da secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas, ainda não estão confirmados a data e o local do depoimento do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin à comissão. Apontado como um dos principais organizadores da máfia das ambulâncias, Vedoin, que estava preso em Cuiabá, foi solto após prestar longo depoimento de nove dias à Polícia Federal daquele estado, ocasião em que denunciou o envolvimento de vários parlamentares e outras autoridades públicas no esquema.

A comissão de inquérito entrou em contato com a Justiça do estado de Mato Grosso e aguarda resposta sobre a viabilidade de se ouvir o empresário em Brasília ou viajar àquele estado para esclarecer, segundo informou Biscaia, “alguns pontos obscuros do depoimento

prestado à Polícia Federal”.

Documentos

Sem saber se a CPI encerra a primeira fase de investigações – sobre os parlamentares envolvidos no esquema – com a divulgação do relatório entre os dias 9 e 18 de agosto, e inicia imediatamente a segunda fase – sobre a participação do Poder Executivo –, ou somente depois das eleições de outubro, Biscaia continua recebendo documentos sobre a máfia das ambulâncias. Nesta semana, ele recebeu da Polícia Federal um CD com cópia de todos os depoimentos e gravações telefônicas realizadas pela PF sobre o caso, além de documentos que poderiam implicar a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de emendas parlamentares para a compra dos chamados ônibus de inclusão digital.

CPI dos Sanguessugas pode notificar mais quatro deputados

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia, afirmou ontem que, da relação enviada à comissão na quarta-feira pela Controladoria Geral da União (CGU), quatro novos deputados poderão ser notificados para apresentar defesa por escrito nos próximos dias. Assim, passariam a ser 94 os congressistas investigados, sendo 91 deputados e três senadores.

Os novos identificados pela comissão de inquérito são os deputados João Almeida (PSDB-BA), Aroldo Cedraz (PFL-BA), Arolde de Oliveira (PFL-RJ) e Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG). No entanto, o sub-relator da CPI, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), informou que iria à CGU para verificar se os dados referentes aos quatro parlamentares são meramente estatísticos. Se não houver provas concretas, disse, eles não serão notificados.

Prorrogação

Segundo Biscaia, a data prevista para a apresentação do relatório da CPI poderá ser al-

terada, se continuarem a surgir novos nomes de congressistas que estariam envolvidos nas irregularidades de uso de recursos do Orçamento da União para a compra com preços superfaturados de ambulâncias para municípios.

– Se a cada momento surgirem novos nomes, pode haver atraso na apresentação do relatório previsto para ser divulgado entre os dias 9 e 18 de agosto – afirmou Biscaia.

No entanto, de acordo com ele, há entendimento com o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, para que, logo depois da apresentação do relatório final da comissão, sejam enviados ao Conselho de Ética daquela Casa os nomes de todos os deputados contra os quais haja prova suficiente para a incriminação.

– Desses 94 parlamentares, a CPI vai responsabilizar alguns, indicar a necessidade de aprofundamento das investigações sobre outros e, ainda, excluir outros nomes – explicou Antonio Carlos Biscaia.